

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	TUTELA COLETIVA DE DIREITOS								
DOCENTE	JULIANA PAIXÃO (Estágio de docência) E NATASHA SALINAS (Supervisão)								
CÓDIGO	GRDDIRELE0780	SEMESTRE	2022.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Diante da globalização, as relações jurídicas se tornaram cada vez mais massificadas, favorecendo o surgimento de litígios coletivos. Assim, é estudado o processo coletivo como técnica que o ordenamento jurídico oferece à sociedade para obter a tutela dos direitos coletivos violados. Na segunda parte do curso, pretende-se analisar o processo estrutural em que são discutidas questões altamente complexas, relativas a direitos fundamentais, com possível reorganização da estrutura de entes, instituições ou políticas públicas.								
OBJETIVOS	Conhecer e analisar o Microsistema de Tutela Coletiva no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente suas características e peculiaridades. Diferenciar a tutela coletiva e estrutural do litígio individual no Processo Civil tradicional. Reconhecer e diferenciar os Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Analisar o desenvolvimento dos processos estruturais no Brasil. Ao final do semestre, o(a) aluno(a) estará apto(a) a identificar eventual lesão a interesses transindividuais, oferecendo uma solução legal (judicial ou extrajudicial) compatível e adequada com o microsistema.								
METODOLOGIA	Adota-se a metodologia participativa em que é estimulada a participação ativa dos alunos na construção dos conceitos trabalhados ao longo do curso, bem como na aplicação destes às atividades práticas. A dinâmica em sala de aula inclui debate de textos, análise e resolução de casos concretos, estudo das decisões judiciais correspondentes e atividades em grupo. Há, ainda a resolução de questões de concursos para as carreiras jurídicas públicas (Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública).								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
X	Outras: Desenvolver a análise crítica dos alunos, bem como a capacidade de argumentação em relação ao processo coletivo e estrutural.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Panorama geral da tutela coletiva. Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.								
2	A construção do microsistema de tutela coletiva. Controle jurisdicional de políticas públicas.								
3	A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Diálogo das fontes. CDC e CPC/15. Litígios coletivos. Princípios.								
4	Competência. Conexão e litispendência. Legitimação ad causam. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.								
5	Inquérito civil. Prescrição e decadência. Autocomposição nos direitos coletivos. Tutela provisória.								
6	Meios impugnativos. Coisa julgada. Liquidação e execução de sentença.								
7	Ação civil pública (Lei n. 7.347/85)								
8	Lei de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/92). Impacto da Lei n. 14.230/2021								

9	Ação Popular (Lei n. 4.717/65)
10	Mandado de Segurança Coletivo (Lei n. 12.016/09). Mandado de injunção coletivo (Lei n. 13.300/16).
11	Tutela coletiva do direito de proteção de dados (Lei n. 13.709/18). Tutela coletiva do superendividamento (Lei n. 14.181/2021)
12	Microssistema de tutela coletiva pela via incidental (incidentes fixadores de teses jurídicas). Formação de precedentes e casos repetitivos.
13	Processos estruturais. <i>Brown v. Board of Education of Topeka</i> .
14	Estado de coisas inconstitucional. Pressupostos e características.
15	Estado de coisas inconstitucional no Brasil. Jurisprudência do STF.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	O aluno será avaliado a partir de um trabalho e uma prova escrita, discursiva e individual, com consulta à legislação não comentada.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DIDIER JR, Freddie. Zaneti Jr, Hermes. <i>Curso de Direito Processual Civil. Processo Coletivo. Volume 4.</i> 16 ed. Salvador: JusPodivm, 2022. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. <i>Manual de processo coletivo.</i> 5 ed. Salvador: JusPodivm, 2021. PINHO, Humberto Dalla Bernardino. PORTO, José Roberto de Mello. <i>Manual de Tutela Coletiva.</i> São Paulo: Saraiva, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALMEIDA, Marcelo Pereira de. <i>Processo coletivo: teoria geral, cognição e execução.</i> 3 ed. Curitiba: CRV, 2021. ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (Org.). <i>Processos estruturais.</i> 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2019. BASTOS, Fabricio. <i>Curso de processo coletivo.</i> 3 ed. Indaiatuba: Foco, 2022. CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. <i>Estado de coisas inconstitucional.</i> 3 ed. Salvador: JusPodivm, 2019. VITORELLI, Edilson. BARROS, José Ourismar. <i>Processo coletivo e direito à participação: técnicas de atuação interativa em litígios complexos.</i> São Paulo: JusPodivm, 2021.